

Decisão gera reações divergentes no País

por Walkyria Portes
de São Paulo

A iniciativa do Citibank de elevar suas reservas — em US\$ 3 bilhões para este trimestre —, numa medida de cautela em relação a seus empréstimos internacionais, provocou, entre representantes de bancos estrangeiros no País, reações divergentes quanto às consequências da medida. As opiniões variaram desde a medida implicar mudança profunda no enfoque das negociações entre credores e devedores a uma ação apenas contábil.

O principal recado a ser anotado a partir desse movimento do Citi, segundo o representante de um banco inglês, é que os bancos cobram, assim, um maior envolvimento do governo americano na questão do endividamento externo, para depois concordarem em liberar "new money". "Só os governos têm condições de manter negociações de modo a estabelecer condicionalidades para o acesso dos devedores a novos empréstimos", observou esse representante, lembrando que um acordo com o Fundo Monetário Internacional é uma condição imperativa.

Uma vantagem a ser considerada é que isso poderá estimular operações de conversão de dívida — "o Citi já manifestou sua disposição de ampliar seu risco no País" —, que, na opinião de um banqueiro, é favorável a países como o Brasil, carentes de capitais para investimentos a prazos mais longos.

Outro representante acredita que a medida poderá causar sérios problemas para outros bancos americanos, na medida em que nem todos têm condições de seguir o exemplo do maior banco dos Estados Unidos. Ainda que um aumento de reservas não seja obrigatório, por questões de confiança, espera-se que

outros bancos, pelo menos os grandes, sigam o exemplo.

Problemas como esse não afetam bancos europeus e japoneses, tampouco os canadenses, lembrou o representante de um banco canadense, pois eles sempre mantiveram boas reservas, valendo-se dos benefícios fiscais e, mais recentemente, das vantagens cambiais. A medida do Citi, interpreta ele, não tem reflexos nos países devedores — "não acredito que um dos alvos tenha sido o Brasil" — pois se trata de uma decisão administrativa, voltada a preservar a posição do banco.